

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*

•

DACIO MALTA — *Editor*

•

ROSENTHAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*

•

ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

Nova Política

A marca deste governo, desde o primeiro dia até completar um ano, foi a ênfase excessiva nas medidas contra a inflação. Os resultados, no entanto, não corresponderam ao custo social causado pelos efeitos recessivos. A prioridade que mobilizou o governo Collor teve efeitos negativos colaterais: a administração pública ficou na dependência da estabilidade financeira para passar da austeridade à iniciativa, e a própria ação política ficou na expectativa do êxito contra a inflação para passar à segunda etapa.

As dificuldades se multiplicam dentro e fora do governo porque todo programa antiinflacionário tem, por sua própria natureza, um efeito desacelerador da economia, inevitavelmente recessivo. O peso das providências saneadoras contidas no Plano Collor tinha como pressuposto um período suportável pela sociedade.

Ao fim de um ano, no entanto, a ênfase antiinflacionária se apresenta como uma espécie de biombo para a recessão econômica. O governo não tem resultados administrativos nem condições políticas de aprovar as suas iniciativas no Congresso e manter intacto o seu novo esquema parlamentar, pressionado pela opinião pública.

Não tem o governo condições que lhe permitam manter a ênfase acentuada no combate à inflação, sem levar em conta os aspectos sociais e políticos aguçados pela recessão. A sociedade emite sinais de que não agüenta mais fazer sacrifícios que não se traduzem em resultados. A cultura da inflação não oferece a explicação definitiva para a resistência que se formou com a demora dos resultados. Há hábitos econômicos e de consumo estratificados pela longa inflação que descaracterizou inclusive os valores morais. A resistência foi minada, e não há como prolongar um programa de sacrifícios com declinante apoio social e político.

O Congresso vem dando sinais de que canaliza o

desconforto de uma recessão que não disse ao que veio. O que ressalta no confronto dos resultados com os conceitos clássicos da economia é a perda de apoio político que dificulta a manutenção de uma conduta ortodoxa. O segundo ano do governo impõe, como uma resposta à sociedade, a recomposição administrativa não mais voltada com exclusividade para o combate à inflação, mas também para a iniciativa de resgatar investimentos.

Mas a resposta às apreensões geradas pela recessão que travou a atividade econômica terá de ser uma ênfase de desenvolvimento sem qualquer vestígio com o modelo passado de tolerância com a inflação, que era inerente à própria função duplamente desempenhada pelo Estado, como motor e combustível do crescimento.

Pode-se considerar que o resultado da luta contra a inflação está a salvo de riscos: desde que se mantenham os instrumentos de controle fiscal e monetário, a iniciativa econômica, encaminhada a uma solução da dívida externa, reverterá a tendência recessiva.

Social e politicamente é o que de mais desejável está ao alcance do governo, dado o claro esgotamento do modelo recessivo. A necessidade de governar e administrar com naturalidade gerou a hora política. Evitar soluções traumáticas é um compromisso tácito de um governo eleito pelo voto direto, em pleito que contou com 80 milhões de eleitores.

O presidente não governa apenas os que votaram nele, mas todos os 155 milhões de cidadãos brasileiros. E o Congresso representa o povo. Depois de evitar a hiperinflação, o Executivo precisa sair a campo para fazer política no seu sentido mais amplo. Isso pressupõe um relacionamento em termos do interesse coletivo com a representação política para que o Brasil esqueça o passado e entre no futuro antes que o século acabe.